

Brasil pede prorrogação dos créditos comerciais

BRASÍLIA — O governo brasileiro enviou ontem telex ao comitê de assessoramento da dívida externa pedindo prorrogação por mais 90 dias das linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias, que venceriam no próximo dia 1º de junho, no valor de 15 bilhões de dólares. O anúncio foi feito pelo presidente do Banco Central, Fernando Miller de Oliveira.

A decisão do Citibank, maior credor da dívida externa brasileira, de aumentar suas reservas em 3 bilhões de dólares para enfrentar prejuízos causados por devedores, como o Brasil, que não saldaram seus compromissos, poderá levar outras instituições a adotarem o mesmo procedimento, forçando o Brasil a um acordo desfavorável. A avaliação é de uma alta fonte do governo, que acompanha as negociações com os credores.

A hipótese de outros bancos credores brasileiros seguirem a atitude do Citibank não está descartada, apesar de que os outros bancos credores do Brasil não ter o mesmo "cacife" do Citibank para bancar um aumento de reservas a fim de impedir prejuízos decorrentes do não-pagamento dos débitos dos países endividados.

No telex enviado ao comitê de assessoramento da dívida — que é presidido por William Rhodes, do Citibank — o governo brasileiro reitera aos bancos a importância que dá às linhas de curto prazo. São justamente estas linhas que sustentam os créditos para comércio exterior brasileiro e o funcionamento das agências de bancos brasileiros no exterior. No dia 24 de março, o governo enviará outro telex pedindo prorrogação destes créditos — que venceriam no dia 1º de abril — por 60 dias. O presidente do Banco Central, no entanto, não explicou por que o prazo pedido agora é mais dilatado.

Enquanto mede todos as consequências da decisão tomada pelo Citibank, o governo, através da retórica oficial, considerou positiva a medida. O presidente do Banco Central disse que a medida representa "uma atitude de realismo", uma vez que o Citibank reconhece que as negociações com o governo brasileiro serão demoradas.

O diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, afirmou que "é bom para todos os países que seus credores estejam em posição financeira forte. Isto tem, evidentemente, um impacto importante no problema do endividamento dos países em desenvolvimento porque dá um importante passo em direção à realidade do mercado".

— Pode ser o primeiro grande movimento do maior banco americano no sentido de reconhecer que a realidade é diferente da ficção — comentou o diretor do BC. Com isso, ele admitia a possibilidade de que a decisão do Citibank foi tomada levando em conta o valor efetivo de mercado de seus créditos junto aos países endividados.

No caso brasileiro, comentou Freitas, os papéis da dívida externa valem 65% do seu valor original. "O Citibank reconhece que nós não podemos pagar", disse Freitas. No entanto, a dívida brasileira junto ao banco continua sendo contabilizada pelo valor original e não pelo valor dos títulos com deságio. Os 3 bilhões de dólares provisionados pelo Citibank representam a diferença entre o valor nominal e o valor com deságio dos títulos das dívidas dos países devedores.

Freitas disse, ainda, que a decretação da moratória brasileira serviu para rediscutir todo o processo de endividamento dos países em desenvolvimento. De 1982 para cá, segundo ele, estes países financiaram seu crescimento à base do endividamento, do desemprego e da recessão.